

HENRIQUES, RAQUEL PEREIRA (2020).

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-7_15

Castanheira, gente que resiste. História e património cultural das povoações da Serra do Açor.

Lisboa: Colibri, 147 p.

ISBN 9789896899851

Percorrendo as várias regiões do território português, o observador mais incauto não pode ignorar as aldeias que pontilham serras, montes, vales, planícies, traço da continuidade do mundo rural tradicional até aos nossos dias. Estas pequenas comunidades, muitas vezes dispostas em pontos geográficos adversos, foram um dos marcos essenciais na ocupação humana de Norte a Sul do país, acentuando a leitura da paisagem enquanto construção social e em constante modificação. Paulatinamente, as aldeias enquanto economias fechadas de base orgânica entraram em confronto com as mutações operadas ao seu redor, desaguando num esvaziamento demográfico. Tendo presente este pano de fundo, apresentado *à vol d'oiseau*, torna-se pertinente questionar qual a verdadeira espessura historiográfica destes locais. Que fontes são passíveis de fornecer dados empíricos sobre estas realidades? Como é possível observar mudanças em regiões com vias de comunicação limitadas? Que relação se estabelece entre os habitantes e os recursos naturais? Quais as estratégias, individuais e coletivas, encontradas para prover sustento aos que lá se achavam? Estas são perguntas que encontram no livro em epígrafe um possível trilho de resposta.

A autora, Raquel Pereira Henriques, além dos vários estudos sobre história da educação, tem desenvolvido trabalhos sobre a resistência política e o quotidiano no Estado Novo. A obra mencionada inscreve-se nestas últimas

questões, notando-se um claro cuidado em analisar, na longa duração, as principais características socioeconómicas e culturais de uma comunidade específica: a de Castanheira da Serra, pequena aldeia situada na freguesia de Fajão-Vidual (Pampilhosa da Serra). Como fundamento para tal exercício surge, nas notas introdutórias do livro, o seguinte: “a história de Portugal tem que incluir estas pessoas que, no seu conjunto eram muito numerosas, mas que estavam isoladas em pequenos núcleos, distantes do poder central e, muitas vezes até, distantes dos poderes locais” (p. 12). Encontramos aqui uma *história da gente pouco importante* (Andrés-Gallego. 1993. *História da gente pouco importante*. Lisboa: Estampa), figuras discretas que as grandes narrativas tendem a esbater mas cuja importância não pode ser minorada.

Uma das ideias que ressalta desta leitura é o determinismo dos ecossistemas no moldar das relações humanas, revelando-se uma preocupação em cimentar esta conclusão através de estudos geológicos e uma descrição pormenorizada da fauna e flora, essencial para compreender as práticas agropastoris e alimentares dos aldeões. Os recursos naturais tornaram-se pilares centrais na estruturação do povoamento e das atividades ligadas à subsistência da população convertendo-se, nesta obra, como campo de análise de alguns quotidianos. Mais do que “saberes de continuidade”, como a autora afirma, a estruturação da vida destas gentes parte de um “conhecimento ecológico tradicional” (Berkes. 1999. *Sacred ecology*. Philadelphia: Taylor & Francis: 8), um processo cumulativo de conhecimentos geracionais sobre os meios de interações com o ambiente. Os reflexos desta situação estenderam-se aos vários domínios das vivências das mulheres e dos homens de Castanheira, desde os trabalhos agrícolas até à estruturação arquitetónica das habitações e outras edificações, como palheiros ou moinhos. Estes são “processos [que] permaneceram idênticos, talvez porque eram eficazes tendo em conta os modos de vida dos camponeses” (p. 54), “adequados ao clima, ao tipo de terreno e às necessidades de autoconsumo” (p. 58).

As materialidades associadas aos camponeses encontram-se documentadas através de um conjunto de fotografias, produto de uma recolha próxima da problematização etnográfica “gentilmente cedidas por familiares daqueles que já partiram mas, que de muitas formas, continuam presentes” (p. 14).

A abordagem narrativa feita através dos objetos converte-se numa forma apelativa e tangível do pretérito, ultrapassando o seu simples valor estético, embora não o negando, passando de uma visão competativa para os encaixar no relato analítico dos factos passados.

Uma menção terá de ser feita sobre as fontes consultadas. Historiar um pequeno povoado suscita complexidades mas a investigação que a autora produziu contorna falhas heurísticas, como no caso das inexistentes informações sobre Castanheira no numeramento de 1527-1532, propondo hipóteses interpretativas para a situação demográfica através de descrições geográficas e corografias. Além do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o Arquivo da Universidade de Coimbra, um dos fundos a que é dada maior atenção é o arquivo da Comissão de Melhoramentos Locais, cujo enfoque cronológico está situado no período do Estado Novo, remontando a sua criação a 1952. Das transcrições apresentadas ao leitor surge, nitidamente, a união de esforços dos habitantes para compensar as ausências do poder central face aos problemas locais. Essa “luta contra a adversidade” (p. 111) que a comissão promoveu atesta a procura em fugir a um quadro atávico o que não impediu o êxodo dos moradores. Tecendo histórias de vida, com recurso a várias entrevistas, é demonstrada como a evasão à contrariedade da serrania era feita pelos aldeões se a tanto os ajudasse o engenho e arte.

Interessante teria sido a inclusão de uma maior reflexão sobre as resistências perante algumas arremetidas dos poderes políticos exteriores. Sendo evidente o isolamento da aldeia, qual terá sido a atitude dos residentes de Castanheira face a alguns projetos como a florestação dos baldios? A autora refere que “a população ainda tentou resistir” (p. 110) mas qual a sua dimensão? Estas são algumas questões que já foram respondidas para outras regiões (Freire. 2004. Os baldios da discórdia: as comunidades locais e o Estado. In Dulce Freire; et al. (Ed.), *Mundo rural. Transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*. Lisboa: Colibri) e que poderiam ter sido replicadas neste livro.

Se a antropologia e a etnografia se encontram mais familiarizadas com o estudo de pequenas comunidades, já a história contemporânea não conta com muitos trabalhos desta índole. Em nossa opinião, a publicação desta

obra, a qual poderemos considerar como a demonstração de uma metodologia exequível para historizar sociedades agrárias, oxalá possa contribuir para estimular uma inflexão. Só restituindo a textura histórica à interação de fatores naturais e humanos e à associação entre comunidades rurais e lugares periféricos se poderá alcançar um conhecimento mais aprofundado sobre o verdadeiro alcance da modernização, compendiando os seus sucessos e os seus fracassos, as continuidades e as ruturas.

LEONARDO ABOIM PIRES

leonardo.a.pires@uc.pt

Centro de Estudos Interdisciplinares, Universidade de Coimbra

<https://orcid.org/0000-0001-6033-350X>